

Menos 75 dias para Sarney, a proposta de Afif.

JORNAL DA TARDE
28 JUN 1989

O deputado Júlio Campos (PFL-MT) foi o primeiro parlamentar a subscrever a emenda constitucional do candidato do PL à Presidência da República, deputado Afif Domingos, que prevê a antecipação da posse do presidente eleito para 1º de janeiro e, conseqüentemente, reduz em 75 dias o mandato do presidente Sarney. Ontem, Afif leu a sua proposta da tribuna da Câmara, mas, na prática, a emenda só irá a votação depois que ele conseguir 165 assinaturas, número mínimo exigido para a apresentação de emendas à Constituição.

Além da proposta de Afif, duas outras emendas antecipando a posse do novo presidente já tramitam na Câmara e foram apresentadas pelos deputados Adroaldo Streck (sem partido-RS) e Moema São Thiago (PSDB-CE). Ambas antecipam a posse para 31 de janeiro — data considerada mais viável pelas lideranças que defendem a redução do mandato de Sarney.

Afif teve que fazer alterações na sua proposta original. Em vez da simples supressão do artigo 4º das Disposições Constitucionais Transitórias — que prevê a posse do presidente eleito em 15 de março —, o deputado foi forçado a apresentar uma emenda modificativa, marcando a nova data de posse, já que o artigo 182, que estabelece o mandato de cinco anos, não seria anulado com a supressão. “Por este motivo ainda não tenho as assinaturas”, justificou Afif.

Quando acabou de discursar, Afif foi imediatamente procurado pelo deputado Júlio Campos que, entusiasmado, fez questão de ser o primeiro a subscrever a proposta. Além disso, Campos pretende apresentar uma emenda constitucional que antecipa as eleições de 15 de novembro para 15 de setembro. Sem esconder uma profunda decepção, o deputado confessa o seu arrependimento por ter votado pelos cinco anos de mandato para o presidente Sarney na Constituinte.

Pela antecipação

Quem também defendeu ontem a antecipação da posse do futuro presidente da República foi o ex-ministro da Indústria e Comércio e presidente do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá. “A depender da evolução do nosso quadro econômico”, comentou Calmon de Sá em Salvador, durante o almoço com o governador da Bahia, Nilo Coelho, empresários do Pólo Petroquímico de Camaçari e o ex-presidente Ernesto Geisel que, sem fugir ao seu estilo, não quis dar entrevistas.

Segundo Calmon de Sá, com o atual prazo de cinco meses entre a eleição e a posse, o novo presidente vai enfraquecer o que está concluindo o mandato e, ao mesmo tempo, ficará impossibilitado de adotar providências para corrigir a economia, por ainda não estar empossado. Esse fato se justificaria, diz o ex-ministro, se houvesse um entendimento entre o Congresso, os candidatos à Presidência e o atual governo para que fosse iniciado já um saneamento da economia brasileira.

Para o vice-governador do Estado, Almino Affonso, “o novo presidente deve tomar posse o mais rápido possível”. Ele defende a tese de que, num momento de crise econômica e social como o que vive o País, não tem sentido o eleito aguardar de três a quatro meses para assumir. Mas ao mesmo tempo rejeita “qualquer pressão que se faça visando uma renúncia do presidente Sarney”. Almino teme que uma renúncia de Sarney provoque “uma inquietação desastrosa à Nação, prejudicial até mesmo ao bom andamento do processo eleitoral”.